

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
DA VILA DE PEREIRA

**RELATÓRIO DE CONTAS**  
**ANO DE 2018**

# ANEXO

## 2018

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira
Morada	Rua da Misericórdia
Código postal	3140-312
Localidade	Pereira
DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	501290311
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	MONTEMOR O VELHO
Capital social	332449

O Órgão Diretivo

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

O Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*  
**NUNO M. C. MATIAS**  
Técnico Oficial Contas N.º 66856  
NIF: 210048670

**ÍNDICE DO ANEXO**

1)	Nota 1 - Identificação da entidade .....	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas .....	4
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa .....	10
5)	Nota 5 - Clientes .....	10
6)	Nota 6 - Fornecedores.....	11
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos .....	11
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos .....	11
9)	Nota 9 - Inventário e ativos biológicos .....	12
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis .....	12
11)	Nota 11 - Associados e Membros .....	14
12)	Nota 12 - Resultados transitados .....	14
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos .....	15
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal .....	16
15)	Nota 15 - Provisões .....	16
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas .....	16
17)	Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados .....	17
18)	Nota 18 - Outros Rendimentos .....	17
19)	Nota 19 - Resultados financeiros.....	17
20)	Nota 20 - Eventos subsequentes .....	17
21)	Nota 21 - Entidades relacionadas.....	17
22)	Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais.....	18



O Órgão Diretivo

*Luís António*  
*Luís António*  
*Luís António*

O Contabilista Certificado



**Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

(Valores expressos em euros)

**1) Nota 1 - Identificação da entidade**

A Entidade Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira, tem a sua sede em Pereira, com o número de identificação fiscal (NIF) 501290311, com o CAE n.º 87301. A Entidade tem como atividade principal a ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/AL.

**2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

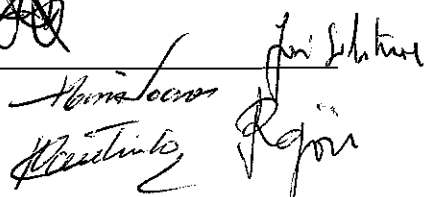
Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

**3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

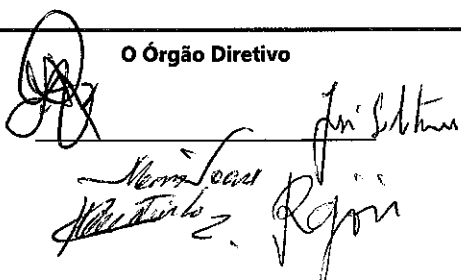
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

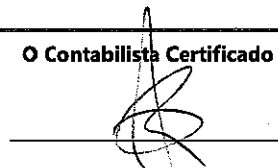
Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

### 3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

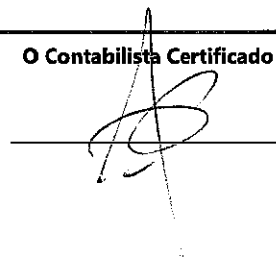
As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.



O Órgão Diretivo

*Manoel Carlos  
Alentejo*  
*José António  
Rego*

O Contabilista Certificado



Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

### 3.5. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.6. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Entidade, periodicamente revisto e atualizado.

### 3.7. Inventários


As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

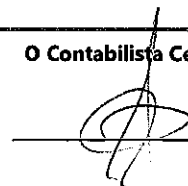
### 3.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

O Órgão Diretivo

  
Tom Soares  
José António  
Região

O Contabilista Certificado



Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Entidade espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

### 3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

### 3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e



O Órgão Diretivo

*João Silva*  
*António C. Pereira*

O Contabilista Certificado





para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

### 3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

### 3.13. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

### 3.14. Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.16. Financiamentos bancários


Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

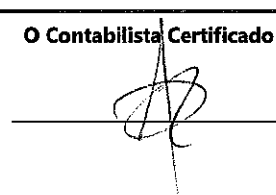
### 3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações

O Órgão Diretivo

  
Mário Soares  
Presidente  
Joaquim Rebelo  
Vice-Presidente

O Contabilista Certificado



operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### 3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

### 3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

### 3.20. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.



O Órgão Diretivo

Maria Luísa  
Presidente

José António  
Região

O Contabilista Certificado



9

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

## 4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

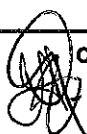
A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/18	31/dez/17
Caixa	522	201
Depósitos à ordem	9 118	28 422
Outros depósitos bancários	-	21 000
Outros instrumentos financeiros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9 640</b>	<b>49 624</b>

## 5) Nota 5 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/18	31/dez/17
Clientes c/c	112 856	107 324
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	852	852
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>113 708</b>	<b>108 175</b>
Adiantamentos de Clientes	-	-

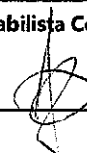


O Órgão Diretivo

Manoel Soares  
Presidente

José António  
Região

O Contabilista Certificado



**6) Nota 6 - Fornecedores**

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2018 e 2017 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/18	31/dez/17
Fornecedores conta corrente	321 962	246 518
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>321 962</b>	<b>246 518</b>
Adiantamentos a fornecedores	-	-

**7) Nota 7 - Financiamentos obtidos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/18		31/dez/17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	1 166 832	194 441	1 123 455	377 963
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	24 133	4 441	25 031	7 985
Outros empréstimos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1 190 966</b>	<b>198 881</b>	<b>1 148 485</b>	<b>385 948</b>

**8) Nota 8 - Estado e outros entes públicos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

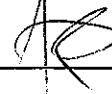


O Órgão Diretivo

*Merino Lourenço*  
*Merino Lourenço*

*José António*  
*Região*

O Contabilista Certificado



ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/18	31/dez/17
<b>Ativo</b>	<b>198</b>	<b>401</b>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	198	250
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	150
<b>Passivo</b>	<b>(33 705)</b>	<b>(48 860)</b>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(209)	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(5 360)	(5 962)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(156)	(154)
Segurança social	(27 856)	(42 744)
Outros impostos e taxas	(124)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(33 507)</b>	<b>(48 460)</b>

### 9) Nota 9 - Inventário e ativos biológicos

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/18	31/dez/17
Inventário inicial	5 084	14 191
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	25 782	47 678
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(24 529)	(56 786)
Inventário final	6 336	5 084

### 10) Nota 10 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2018.



O Órgão Diretivo

*Comissão de Registo*  
*Registo*

O Contabilista Certificado



	1/jan/18	Período	Transf.	Revaloriz.	31/dez/18
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	43 286	-	-	-	43 286
Edifícios e outras construções	2 719 968	16 219	-	-	2 736 187
Equipamento básico	239 961	4 714	-	-	244 675
Equipamento de transporte	175 605	-	-	-	175 605
Equipamento administrativo	21 527	-	-	-	21 527
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	20 825	1 122	-	-	21 947
Investimentos em curso	-	1 784	-	-	1 784
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>3 221 172</b>	<b>23 839</b>	-	-	<b>3 245 011</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(345 207)	(68 705)	-	-	(421 071)
Equipamento básico	(117 844)	(11 342)	-	-	(122 026)
Equipamento de transporte	(125 381)	(7 000)	-	-	(132 381)
Equipamento administrativo	(15 300)	(1 318)	-	-	(16 618)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(4 102)	(1 373)	-	-	(5 475)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(607 834)</b>	<b>(89 737)</b>	-	-	<b>(697 571)</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>2 613 338</b>	<b>(65 898)</b>	-	-	<b>2 547 439</b>

O Órgão Diretivo



Maria Luísa  
Kantimha

José António  
Rojas

O Contabilista Certificado



**11) Nota 11 – Associados e Membros**

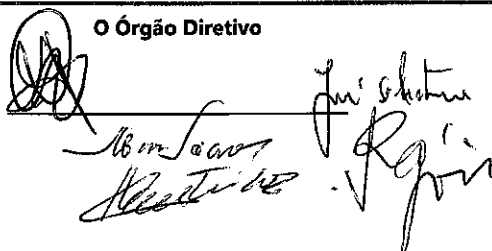
A decomposição de 2018 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

ASSOCIADOS/MEMBROS	31/dez/18	31/dez/17
Fundadores	-	-
Doadores	-	773
Patrocinadores	-	-
Associados/Membros-Saldos Devedores	1 083	1 047
Associados/Membros-Saldos Duvidosos	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Associados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações	-	-
<b>Total:</b>	<b>1 083</b>	<b>1 820</b>

**12) Nota 12 - Resultados transitados**

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

O Órgão Diretivo



Handwritten signature of the Board of Directors, including the name "M. Soares" and other illegible names.

O Contabilista Certificado




Handwritten signature of the Certified Accountant.

**13) Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos**

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/18	31/dez/17
Subcontratos	259 080	226 895
<b>Serviços especializados</b>	<b>60 106</b>	<b>67 684</b>
Trabalhos especializados	25 653	27 922
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	1 578	2 029
Honorários	-	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	9 916	13 070
Outros	22 960	24 663
<b>Materiais</b>	<b>7 084</b>	<b>3 084</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	485	137
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	3 080	2 219
Artigos para oferta	191	382
Outros	3 328	345
<b>Energia e fluidos</b>	<b>55 746</b>	<b>49 286</b>
Eletricidade	35 592	29 109
Combustíveis	8 869	9 131
Água	5 117	5 188
Outros	6 167	5 857
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>409</b>	<b>582</b>
Deslocações e estadas	409	582
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>37 862</b>	<b>39 191</b>
Rendas e alugueres	8 116	6 396
Comunicação	2 625	3 292
Seguros	5 948	5 993
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	110	150
Despesas de representação	146	-
Limpeza, higiene e conforto	19 336	21 808
Outros serviços	1 580	1 552
<b>TOTAL</b>	<b>420 287</b>	<b>386 721</b>

O Órgão Diretivo



Maria Lourenço  
Kautibe

O Contabilista Certificado



15



**14) Nota 14 - Gastos com o pessoal**

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/18	31/dez/17
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	316 058	386 878
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	66 886	86 769
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 230	6 503
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	22 540	2 088
<b>TOTAL</b>	<b>409 715</b>	<b>482 238</b>

**15) Nota 15 - Provisões**

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está evidenciado na seguinte tabela:


PROVISÕES	31/dez/18	31/dez/17
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de dezembro	-	-

**16) Nota 16 - Outros gastos e perdas**

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/18	31/dez/17
Impostos	928	2 227
Descontos de pronto pagamento concedidos	25	739
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	2 000	2 040
Donativos	-	-
Quotizações	2 796	2 360
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	250	-
Outros gastos e perdas não especificados	2 477	23 482
<b>TOTAL</b>	<b>8 478</b>	<b>30 849</b>

O Órgão Diretivo



Handwritten signature of the Director, including the name "José António" and other illegible text.

O Contabilista Certificado



Handwritten signature of the Certified Accountant.

**17) Nota 17 - Vendas e Serviços Prestados**

A decomposição de 2018 e 2017 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/18	31/dez/17
Vendas de Mercadorias	-	-
Prestação de Serviços	299 336	309 918
<b>TOTAL</b>	<b>299 336</b>	<b>309 918</b>

**18) Nota 18 - Outros Rendimentos**

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/18	31/dez/17
Quotas de Associados	1 004	1 049
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	47 899	55 927
<b>TOTAL</b>	<b>48 903</b>	<b>56 976</b>

**19) Nota 19 - Resultados financeiros**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos periodos de 2018 e 2017:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/18	31/dez/17
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	<b>63 772</b>	-
Juros suportados	<b>63 772</b>	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	<b>(63 772)</b>	-

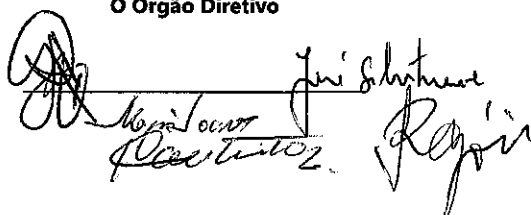
**20) Nota 20 - Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

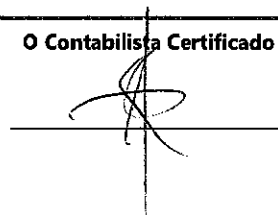
Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**21) Nota 21 – Entidades relacionadas**

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



A entidade não participa em qualquer entidade.

**22) Nota 22 - Informações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



O Órgão Diretivo

*Maria Luísa  
Alberto Rego*

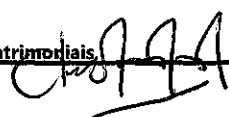
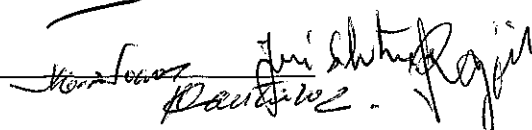
O Contabilista Certificado



18

Rubricas	NOTAS	Periodos	
		2018	2017
Ativo			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	10	2 547 439,35	2 613 337,78
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	10	3 438,89	5 035,95
Investimentos financeiros		1 674,78	1 674,78
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>2 552 553,02</b>	<b>2 620 048,51</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	6 336,47	5 083,60
Clientes	5	113 708,11	108 175,29
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		198,00	400,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	1 083,00	1 820,02
Outras contas a receber		2 758,98	469,26
Diferimentos		3 028,34	2 745,48
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	9 640,14	49 623,76
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>136 753,04</b>	<b>168 317,91</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 689 306,06</b>	<b>2 788 366,42</b>
<b>Fundos patrimoniais e passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		332 448,79	332 448,79
Excedentes técnicos			
Reservas			
Outras reservas		117 009,43	117 009,43
Resultados transitados	12	-375 134,04	-344 126,63
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		736 444,76	762 147,91
Resultado líquido do período		20 631,93	-30 234,39
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>831 400,87</b>	<b>837 245,11</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	1 190 965,79	1 148 485,30
Outras contas a pagar		29 066,71	32 274,48
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>1 220 032,50</b>	<b>1 180 759,78</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	6	321 962,28	246 518,44
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	8	33 705,24	48 860,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11		
Financiamentos obtidos	7	198 881,48	385 948,10
Diferimentos			
Outras contas a pagar		83 323,69	89 034,90
Outros passivos financeiros			
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>637 872,69</b>	<b>770 361,53</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 857 905,19</b>	<b>1 951 121,31</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 689 306,06</b>	<b>2 788 366,42</b>

NUNO M. C. MATIAS

Técnico Oficial Contas N.º 66856  
Contabilista Certificado N.º 2100/2007




ESNL - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ANUAL POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Periodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		299 336,20	309 918,34
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>			
ISS, IP		374 074,37	393 064,95
Outras Entidades Públicas		316 642,02	307 396,28
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-24 528,85	-56 785,89
Fornecimentos e serviços externos		-420 287,34	-386 721,35
Gastos com o pessoal		-409 715,46	-482 238,33
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		48 903,39	56 975,57
Outros gastos e perdas		-8 477,83	-30 848,88
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de fin. e impostos</b>		<b>175 946,50</b>	<b>110 760,69</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-91 334,02	-86 118,69
<b>Resultado operacional (antes de gastos de fin. e impostos)</b>		<b>84 612,48</b>	<b>24 642,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-63 771,87	-54 876,39
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>20 840,61</b>	<b>-30 234,39</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-208,68	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>20 631,93</b>	<b>-30 234,39</b>

*Handwritten signature*

**NUNO M. C. MATIAS**  
 Técnico Oficial Contas Nº 66856  
 NIF: 210648670

Órgão de Diretivo:

*Handwritten signatures and stamps*  
 TOC nº 66856

Entidade: Santa Casa da Misericórdia da Vila de Pereira  
Ano: 2018

Elaborado por: Contabilidade

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ANUAL por naturezas

	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	Total
<b>Demonstração de Resultados por Naturezas</b>								
Vendas e serviços prestados	64 451,48	57 303,51	29 782,61	137 895,15	9 903,45			299 336,20
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>								<b>0,00</b>
ISS, IP - Centros distritais	113 721,21	37 277,59	14 142,96	196 444,11	12 567,86			374 153,73
Outros	1 309,20	1 472,51	680,44	313 100,51				316 562,66
Variação nos inventários da produção								
Trabalhos para própria entidade								
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	-24 528,85	0,00			-24 528,85
Fornecimentos e serviços externos	-76 191,88	-39 775,73	-18 935,70	-274 844,73	-6 335,18			-420 287,34
Gastos com o pessoal	-91 756,32	-65 737,49	-33 887,87	-211 950,72	-6 280,50			-409 715,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)								
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)								
Provisões (aumentos/reduções)								
Provisões específicas (aumentos/reduções)								
Outras imparidades (perdas/reversões)								
Aumentos/reduções de justo valor								
Outros rendimentos e ganhos								
Outros gastos e perdas	8 865,46	4 744,54	2 203,30	31 980,12	620,79		489,18	48 903,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos								
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 527,88	-817,68	-379,72	-5 752,55				-8 477,83
	18 871,27	-5 532,74	-6 393,98	162 343,03	572,96		6 085,95	175 946,50
	-10 024,39	-6 643,32	-2 445,82	-72 220,49				-91 334,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)								
Juros e rendimentos similares obtidos	8 846,88	-12 176,06	-8 839,80	90 122,54	572,96		6 085,95	84 612,48
Juros e gastos similares suportados								
	-1 182,39	-1 182,39	-1 182,39	-60 224,69				-63 771,87
	7 664,49	-13 358,45	-10 022,20	29 897,85	572,96		6 085,95	20 840,61
Imposto sobre o rendimento do período								
							-208,68	-208,68
Resultado líquido do período								
	7 664,49	-13 358,45	-10 022,20	29 897,85	572,96		5 877,27	20 631,93

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top left: A large signature.  
 - Top middle: "M. J. O. A." (likely M. J. O. A. Pereira).  
 - Top right: Several other signatures and initials.